



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO

Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

Acessibilidade para pessoas idosas: conjunturas reais, problemáticas e desafios.

Recebido em: 19/02/2025.

Aceito para publicação em: 13/10/2025.

Ana Paula Santos Soares de Paula¹

Amanda Azevedo de Carvalho²

Thais da Silva-Ferreira³

Dante Ogassavara⁴

Jeniffer Ferreira-Costa⁵

Nathália Batista Ferreira Escobar⁶

Patricia Costa Lima Tierno⁷

José Maria Montiel⁸

DOI: <https://doi.org/10.32760/1984-1736/REDD/2025.v17i1.20026>

Resumo

O envelhecimento ocasiona mudanças biopsicossociais nos quais requer que sejam consideradas suas especificidades para que possam ser realizadas adaptações que favoreçam a inclusão de pessoas idosas. Com isso, o presente estudo objetivou discutir a promoção da acessibilidade voltada à

¹ Advogada. Graduada em Letras e em Direito. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. São Paulo, SP, Brasil – e-mail: anapaulasoadvogada@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/4119492326899492> – ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6130-9049>

² Bióloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: carvalho.a.a3@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/2546455859521649> – ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-8616-0337>

³ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: thais.sil.fe@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/7519142861338976> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9826-3428>

⁴ Psicólogo. Mestre e Doutorando em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu. Docente do curso de Psicologia na Faculdade Nove de Julho, Brasil – e-mail: ogassavara.d@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/3672374283802791> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2842-7415>

⁵ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: cjf.jeniffer@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/1407735160653204> – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6281-7970>

⁶ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil. e-mail: nathalia.bfescobar@gmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/2719754534049428> – ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-1567-1513>

⁷ Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, SP, Brasil – e-mail: pati.tierno@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/1490981204746801> – ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9871-5993>

⁸ Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu/Instituto Ânima, São Paulo, SP, Brasil - E-mail: montieljm@hotmail.com – lattes: <http://lattes.cnpq.br/4836172904369929> - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0182-4581>

população idosa em face das mudanças do envelhecimento. Consistiu em um estudo descritivo, transversal e qualitativo, caracterizado enquanto uma revisão de literatura narrativa com adoção dos descritores “envelhecimento”, “acessibilidade” e “funcionalidade”. Observou-se que se faz necessário a adoção de estratégias considerando as especificidades do envelhecimento a fim de garantir a acessibilidade e inclusão de idosos. Entretanto, em contexto brasileiro, é uma realidade distanciada da ideal. Concluiu-se que considerar as demandas e necessidades de pessoas idosas, sobretudo enquanto um aspecto inserido culturalmente, tende a favorecer o processo de inclusão desse grupo.

Palavras-chave: Acessibilidade. Envelhecimento. Suporte social.

Abstract

Accessibility for older people: real situations, problems and challenges

Aging brings about biopsychosocial changes which require their specificities to be taken into account so that adaptations can be made to favor the inclusion of elderly people. With this in mind, the aim of this study was to discuss the promotion of accessibility for the elderly population in view of the changes caused by ageing. It consisted of a descriptive, cross-sectional and qualitative study, characterized as a narrative literature review using the descriptors “ageing”, “accessibility” and “functionality”. It was observed that it is necessary to adopt strategies that take into account the specificities of ageing in order to guarantee accessibility and inclusion for the elderly. However, in the Brazilian context, this reality is far from ideal. It was concluded that considering the demands and needs of the elderly, especially as a culturally embedded aspect, tends to favor the inclusion process of this group.

Keywords: Accessibility. Aging. Social Support.

Resumen

Accesibilidad para las personas mayores: situaciones, problemas y retos reales.

El envejecimiento conlleva cambios biopsicosociales que exigen tener en cuenta sus especificidades para poder realizar adaptaciones que favorezcan la inclusión de las personas mayores. Teniendo esto en cuenta, el objetivo de este estudio fue discutir la promoción de la accesibilidad de la población mayor ante los cambios del envejecimiento. Consistió en un estudio descriptivo, transversal y cualitativo, caracterizado como una revisión narrativa de la literatura utilizando los descriptores «envejecimiento», «accesibilidad» y «funcionalidad». Se observó que es necesario adoptar estrategias que tengan en cuenta las especificidades del envejecimiento para garantizar la accesibilidad y la inclusión de las personas mayores. Sin embargo, en el contexto brasileño, esta realidad está lejos de ser ideal. Se concluyó que considerar las demandas y necesidades de las personas mayores, especialmente como un aspecto culturalmente arraigado, tiende a favorecer el proceso de inclusión de este grupo.

Palabras-clave: Accesibilidad. Envejecimiento. Soporte social.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento em nível individual é um processo natural e progressivo que acarreta alterações em diversas áreas do corpo humano, favorecendo a diminuição gradual da funcionalidade individual. Indica-se que este declínio não ocorre abruptamente ao ser condicionado por uma série de mudanças graduais que afetam tanto a vivência dos indivíduos em diferentes esferas, sendo estas físicas, cognitivas, emocionais e socioeconômicas. Nisto, ressalta-se que essas alterações podem limitar a gerar implicações na autonomia das pessoas idosas, comprometendo suas atividades diárias e aumentando a dependência de outras pessoas para realizarem tarefas básicas (Carvalho; Papaléo, 2006).

As diversas modificações associadas ao envelhecimento podem influenciar a marcha em razão de possíveis alterações motoras e desta maneira gerar algum grau de dependência funcional para a realização de tarefas diárias. Além das mudanças motoras, também é possível observar alterações posturais, de equilíbrio, diminuição de impulsos sensoriais, na movimentação da pelve e na mobilidade das articulações utilizadas para o caminhar e assim a mobilidade do indivíduo é lesada, sendo que estes declínios são uma fonte de lesões e morbidade entre pessoas idosas (Bianchi et al., 2015; Seidler et al., 2010).

Ao discorrer sobre o fenômeno de envelhecimento populacional brasileiro, destaca-se que este impõe desafios significativos para a promoção de um ambiente inclusivo e acessível. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), já no ano de 2020 cerca de 14,7% da população brasileira era composta por pessoas com idades iguais ou superiores a 60 anos e tinham-se projeções de que esse percentual tende a crescer nas próximas décadas. De acordo com Mendes e Valsecchi (2007), a nova composição sociodemográfica da nação brasileira exige uma série de mudanças em diferentes esferas da sociedade, especialmente nos setores sociais, de transporte e de desenvolvimento urbano das cidades. Assim, garantir que as pessoas idosas permaneçam independentes e ativas, com mobilidade e acessibilidade no trânsito urbano, é um direito a ser garantido e implementado por políticas públicas.

A acessibilidade poder ser compreendida como a possibilidade de transitar por lugares e acessar serviços, produtos e informações de forma intencional e autônoma. Deste modo, tornar algo acessível tem como premissa garantir a equidade ao assegurar que todos, independentemente de suas dificuldades ou contextos, possam usufruir dos mesmos recursos. Assim, a abrangência do termo vai além das questões físicas, como locais e transportes, e abrange também sistemas de tecnologia da informação e adaptações que considerem as necessidades de todos, possibilitando a compreensão, interação e uso desses meios (Organização das Nações Unidas, 2006).

A mobilidade refere-se a mais do que as condições físicas de deslocamento, envolve as interações dos indivíduos com o espaço urbano, os objetos e os meios de transporte utilizados. No que se refere à acessibilidade, é entendida como a condição proporcionada às pessoas para assegurar sua autonomia nos deslocamentos desejados. Por sua vez, a mobilidade urbana, conforme definido no art. 4º da Lei n.º 12.587/12, refere-se à condição na qual ocorrem os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano (Brasil, 2012). Este conceito abrange a facilidade com que as pessoas e bens circulam pelas cidades, diretamente relacionado às condições das vias de acesso e às possibilidades de circulação disponíveis. Ou seja, trata-se da capacidade de alcançar, de forma autônoma e segura, os destinos desejados na cidade, não limitado por obstáculos e em condições seguras, abrangendo desde edificações até o mobiliário e equipamentos urbanos (Blanco et al., 2014).

Interligados a isto, há diferentes capacidades e habilidades que devem ser consideradas ao refletir sobre propostas voltadas para ampliar a acessibilidade e inclusão de pessoas idosas em diferentes contextos. Iniciando a apresentação de fatores, aponta-se que a funcionalidade contempla tanto as Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) quanto as Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD). Essas atividades são essenciais para a pessoa idosa manter sua funcionalidade preservada e se envolva ativamente na gestão de sua própria saúde. A capacidade de realizar as ABVD é um indicador crítico da qualidade de vida, pois quando essas habilidades são perdidas, a pessoa idosa se torna mais dependente de cuidados externos (Carvalho et al., 2023).

Adicionalmente, as AIVD englobam tarefas mais complexas, mas igualmente importantes para a manutenção de uma vida autônoma, como o gerenciamento financeiro, uso de transporte, preparação de refeições, cuidado com a casa, uso de medicamentos, sendo competências cruciais para garantir que o indivíduo idoso possa viver de forma independente, sem a necessidade constante de apoio. O comprometimento das AIVD geralmente ocorre antes da perda das ABVD, sinalizando um estágio inicial de dependência funcional e o desenvolvimento de acometimentos físicos ou psicológicos. Ainda, indica-se que a funcionalidade preservada subsidia a participação ativo em na

sociedade, contribuindo para uma melhor qualidade de vida, diminuindo os riscos da ocorrência de isolamento social e de depressão (Del Duca; Da Silva; Hallal, 2016).

Uma vez que a independência funcional está relacionada à habilidade de realizar tarefas cotidianas sem a necessidade de assistência como citado anteriormente (Carvalho et al., 2023), seu declínio pode causar consequências negativas para os indivíduos idosos. Frequentemente, essa diminuição pode ser causada por uma combinação de fatores, como enfraquecimento muscular, perda de equilíbrio, problemas de visão e doenças crônicas, e com isso, pode aumentar a probabilidade do desenvolvimento de dependência funcional, que surge quando a pessoa idosa não consegue realizar essas atividades de forma independente, necessitando da ajuda de cuidadores ou familiares. Adicionalmente, as limitações físicas também podem incluir a presença de doenças crônicas como artrite e osteoporose, que reduzem a capacidade de movimento e aumentam o risco de quedas. Além disso, doenças cardiovasculares e pulmonares podem impactar a capacidade de realizar atividades mais extenuantes (Alves; Leite; Machado, 2008; Barbosa *et al.*, 2014).

Ao considerar a dimensão dos efeitos gerados pelo envelhecimento populacional brasileiro e os movimentos associados ao envelhecimento em nível individual, há de se reconhecer a complexidade da rede multifatorial envolvida na manutenção e promoção da saúde da população idosa, haja visto os obstáculos comumente enfrentados para assegurar os direitos da pessoa idosa. Nesta condição, esta investigação partiu do problema de pesquisa: “quais elementos participam do condicionamento de conjunturas acessíveis para pessoas idosas?”. Assim, foi estabelecido o objetivo de discutir a promoção da acessibilidade voltada à população idosa em face dos declínios funcionais associados ao envelhecimento.

1. MÉTODO

Tratou-se de um delineamento de pesquisa de caráter qualitativo, com características de pesquisas descritivas e transversais. Nesta tônica, o modelo investigativo em questão propôs a conhecer e interpretar o estado das variáveis em questão sob um enquadramento de tempo único, sem realizar qualquer forma de controle das mesmas (Köche, 2011). Ao versar sobre a abordagem delimitada para a investigação, indica-se que este desenho favorece a identificação de fatores contextuais relevantes acerca do objeto de estudo, primando pela abrangência e coerência das discussões (Creswell, 2007).

O delineamento de pesquisa adotado é caracterizado como uma revisão de literatura narrativa ao ter objetivado sintetizar as contribuições da literatura científica acerca da temática abordada por, identificando os consensos e lacunas do campo estudado. Indica-se que o esquema metodológico adotado pressupõe a adoção de uma estratégia de captação de materiais não sistematizada, assim expressando sua natureza qualitativa. É oportuno destacar que revisões narrativas são valiosas por ofertarem perspectivas panorâmicas que permitem a aquisição e o refinamento de conhecimentos brevemente, deste modo sendo especialmente úteis para profissionais em atividade prática por serem econômicas no que tange ao tempo despendido para o levantamento de material bibliográfico relevante (Ogassavara et al., 2023).

Sob este modelo metodológico, foram realizadas buscas em plataformas amplamente utilizadas, como SciELO, PubMed e Google Acadêmico, entre os meses de julho e setembro. Tais buscas fizeram uso dos descritores “envelhecimento”, “acessibilidade” e “funcionalidade” em suas versões em português e inglês, sendo empregados separadamente e em diferentes combinações. A partir da estratégia adotada, foram selecionados materiais bibliográficos relevantes no formato de livros e artigos publicados em periódicos científicos, sendo incluídos por conveniência e relevância para a discussão proposta. Ainda, ressalta-se que não foi adotado nenhum critério de exclusão em razão da data de publicação de tais materiais, visando permitir a inclusão de obras clássicas para discutir a temática pautada. Foram consideradas para análise 35 materiais científicos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Acerca da acessibilidade no contexto do envelhecimento populacional, observa-se a crescente necessidade de adaptar todos os aspectos que compõe essa dimensão voltada para essa população. Com o envelhecimento, surgem fragilidades multidimensionais que podem dificultar o acesso das pessoas às potencialidades dos meios, como, por exemplo, a diminuição da capacidade de locomoção (Aguilar; Macário, 2016). Em resposta a essa questão, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007) desenvolveu a diretriz de Cidades Globais Amigáveis aos Idosos, que aborda as necessidades de segurança no acesso a ambientes físicos e urbanos, como espaços públicos e transportes, além de habitações adaptadas e próximas de serviços essenciais. A diretriz também enfatiza a acessibilidade à informação e à comunicação, incluindo a adaptação da tecnologia para esse público e a melhoria das sinalizações, bem como a acessibilidade de instalações aos serviços de saúde, sociais, educacionais e culturais. O documento reforça que a acessibilidade não se limita à remoção de barreiras físicas, mas também inclui a promoção da participação ativa dessa população de forma autônoma no território (OMS, 2007).

Além dos territórios físicos, é importante considerar o peridomicílio das pessoas idosas, ou seja, o espaço cotidiano em que elas transitam, incluindo ações diárias que envolvem as Atividades Instrumentais da Vida Diária, como acesso ao comércio, lazer e atendimentos de saúde (Santos, 2017). Santos et al. (2023) descreve que a falta de acessibilidade nesses locais, devido a barreiras arquitetônicas, pode ser uma característica preditora de quedas em pessoas idosas. Essa situação permite refletir que a acessibilidade objetiva aos locais do território está intrinsecamente associada ao potencial viés subjetivo de territorialidade. À medida que o envelhecimento pode ocasionar fragilidades, o indivíduo pode se ver vulnerabilizado em relação ao domínio do território de sua vida diária. Se esse território não apresentar acessibilidade adequada, o risco aumenta, predispondo a quedas e ocasionando complicadores no acesso aos serviços de saúde, como discutido por Oliveira e Martins (2022).

A qualidade de vida dos indivíduos está diretamente associada à sua mobilidade, podendo ser afetada também pela qualidade dos serviços ofertados na cidade, como as vias de pedestre, transportes, e pela existência de barreiras como calçadas malconservadas, degraus e oferta de sinalização. O aumento significativo na população brasileira superior a 60 anos evidenciou deficiências significativas em alguns sistemas da cidade. O envelhecimento da população de forma acelerada muda o cenário demográfico, não conseguindo ser sustentado pela economia, desfavorecendo a qualidade de vida do idoso brasileiro (Blanco *et al.*, 2014).

Aponta-se que o declínio da mobilidade individual é um importante preditor de saúde do idoso ao prever o risco agravado de sarcopenia e o surgimento de limitações funcionais (Silva et al., 2020). Além disso, alterações como a diminuição da excitabilidade vestibular, diminuição da percepção visual e da propriocepção, perda de força, massa muscular e equilíbrio postural, se agravam com os anos, prejudicando na realização de tarefas e predispondo maior número de quedas (Alfieri *et al.*, 2015).

Os complicadores encontrados na cidade impossibilitam o trânsito da pessoa idosa, interferindo na sociabilidade e favorecendo o isolamento social. Desse modo, as questões que permeiam a mobilidade urbana são essenciais quando associadas a qualidade de vida no envelhecimento e nas políticas públicas para essa população, assegurando o direito de ir e vir, e integração com o seu meio social (Gomes, 2018; Carvalho et al., 2020).

É válido considerar que o dinamismo do meio social exige atualizações frequentes para adotar novas formas de participação social, especialmente no contexto dos espaços virtuais. No entanto, questiona-se se a relutância em se adaptar às novas práticas sociais pode ser considerada uma forma de envelhecimento social (Silva; Behar, 2019). Além disso, é importante destacar que, em alguns casos, a falta de acessibilidade pode dificultar o acesso da população idosa a recursos e oportunidades de participação social, afetando sua inclusão e engajamento (Kolasinska *et al.*, 2018).

Com a mudança dos paradigmas de comunicação contemporânea, o território digital torna-se um espaço alternativo para a comunicação. Assim, ao discutir acessibilidade, é necessário considerar a expansão do letramento digital, ou seja, a competência de acessar, compreender e criar de forma segura nos ambientes virtuais (Freitas, 2010). A promoção do letramento digital para a população idosa converge diretamente com a acessibilidade, tornando-se uma questão integral para a inclusão digital, social e o acesso autônomo (Ogassavara *et al.*, 2023). No entanto, essas prerrogativas enfrentam desigualdades sociais que limitam o acesso e a efetividade das propostas que não consideram essas variáveis na prática interventiva.

Ao buscar qualidade de vida e a garantia dos direitos humanos conforme o modelo de envelhecimento ativo, ressalta-se que as atividades de lazer, sendo situadas nos bairros, nos centros de convivência para idosos ou em outros meios sociais, proporcionam a participação social e a vivência de momentos de alegria e descontração, melhorando e contribuindo positivamente nesse processo (Fernandes, 2021). Nisto, observa-se que o acesso a estes serviços não é igual para todos, refletindo a desigualdade nas condições de vida e saúde dos idosos que vivem na sociedade brasileira (Torres; Santos, 2008). Deste modo, deve-se implementar estratégias de inclusão social em paralelo às discussões acerca do direito e da proteção social, visando prevenir riscos, reduzir impactos que podem afetar negativamente à vida das pessoas e, conseqüentemente, à vida em sociedade (Gomes; Pinheiro; Lacerda, 2010).

2.1 Disposições sociais para a acessibilidade

Apesar da existência de diretrizes e regulamentos, como a Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Brasil, 2000), ainda se observa a necessidade contínua de políticas públicas inclusivas que melhorem o acesso a serviços, como o de saúde pública. Sugere-se, portanto, a persistência na denúncia e na promoção de tais políticas, pois, como indicado por Oliveira e Martins (2022), a população idosa ainda é socialmente excluída. Ao considerar os problemas territoriais e de desigualdade no Brasil, essa realidade se confirma ainda mais. Idealmente, uma das questões das Cidades Amigáveis aos Idosos é a proximidade de serviços essenciais, e essa indicação torna-se ainda mais problemática ao se analisar os cenários periféricos das cidades (OMS, 2007; Oliveira; Martins, 2022).

A legislação nacional estabelece princípios fundamentais para garantir a mobilidade e acessibilidade de pessoas idosas, visando a assegurar seu direito à dignidade, autonomia e participação plena na vida social. Contudo, a implementação dessas normas enfrenta diversos obstáculos que comprometem a eficácia das políticas públicas e perpetuam situações de exclusão. O Estatuto da Pessoa Idosa representa um marco legal que visa proteger os direitos das pessoas idosas, garantindo-lhes acesso prioritário a serviços públicos e privados, bem como o direito a condições adequadas de mobilidade e acessibilidade. Entre suas disposições, destaca-se a gratuidade no transporte público coletivo para pessoas com mais de 65 anos, conforme o artigo 39. Além disso, o parágrafo 2º desse artigo determina a reserva de 10% dos assentos dos coletivos para as pessoas idosas, devidamente identificados como preferenciais (Brasil, 2003).

No contexto das viagens interestaduais, o artigo 40 do Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003) prevê a reserva de duas vagas gratuitas e, caso essas vagas já estejam ocupadas, um desconto de 50% no valor das passagens para aqueles que comprovarem renda igual ou inferior a dois salários-mínimos. O artigo 41 assegura a reserva de 5% das vagas em estacionamento públicos e privados, enquanto o artigo 42 garante prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e desembarque em veículos do sistema de transporte coletivo (Brasil, 2003).

Além disso, o Plano Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), instituído pela Lei n.º 12.587/2012 (Brasil, 2012), reforça a necessidade de um sistema de transporte inclusivo, promovendo a acessibilidade universal, com especial atenção às necessidades das pessoas idosas (Brasil, 2012). A mobilidade segura é um elemento fundamental para o envelhecimento ativo ao subsidiar que as

peessoas idosas realizem atividades básicas do dia a dia e participem de atividades de lazer, mantendo sua autonomia e participação plena na vida adulta (Kerber *et al.*, 2023). Entretanto, nem todos os ambientes urbanos estão adequadamente preparados para suportar um envelhecimento ativo e seguro. Pesquisas nacionais e internacionais indicam que fatores comuns ao envelhecimento, como fragilidade, comorbidades, polifarmácia e limitações funcionais, tanto físicas quanto cognitivas, complicam a prevenção de lesões traumáticas entre as pessoas idosas (Santos et al., 2015).

Fagundes e De Freitas (2016) destaca que tanto o Estatuto da Cidade quanto a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Brasil, 2012) e o Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana asseguram à população idosa o direito à acessibilidade urbana e à mobilidade como parte da liberdade cidadã, possibilitando que as pessoas idosas atendam às suas necessidades diárias com segurança e autonomia. Contudo, os obstáculos urbanos ainda representam barreiras significativas, contribuindo para o isolamento social das pessoas idosas no Brasil (Gomes, 2018).

Ademais, as especificidades da população idosa no planejamento urbano devem ser consideradas, sendo necessário que as políticas de acessibilidade sejam adaptadas para atender às necessidades fisiológicas e cognitivas dessa faixa etária (Voroniuk, 2019). A falta de compatibilização entre as características da população idosa e a infraestrutura urbana existente compromete a eficácia das políticas de acessibilidade, resultando em barreiras que dificultam a mobilidade e a inclusão social. Em muitas cidades, a adaptação do transporte público ainda é uma tarefa inacabada, onde a falta de veículos adaptados e de infraestrutura urbana apropriada impede que as pessoas idosas exerçam plenamente seu direito à mobilidade (Câmara dos Deputados, 2015).

Entre os principais obstáculos à efetivação das políticas de acessibilidade para pessoas idosas está a insuficiência de recursos financeiros e humanos destinados à adaptação das cidades. Municípios, especialmente nas regiões mais pobres do país, frequentemente não possuem verbas suficientes para implementar as adaptações necessárias em sua infraestrutura urbana (Câmara dos Deputados, 2015). Rodrigues (2017) critica a abordagem dos governos em relação à acessibilidade e mobilidade, ao afirmar que a falta de infraestrutura adequada para tal nas cidades brasileiras é consequência da negligência do poder público, das prioridades mal estabelecidas, do fraco desenvolvimento institucional dos municípios e da insuficiente capacidade técnica das prefeituras.

Além disso, a falta de capacitação dos profissionais envolvidos na execução dessas políticas resulta em projetos que, muitas vezes, não atendem adequadamente às necessidades da população idosa, afinal, é importante considerar as alterações fisiológicas e cognitivas associadas ao envelhecimento no planejamento e na implementação de políticas de mobilidade (Voroniuk, 2019). Por exemplo, a redução da capacidade de percepção visual e auditiva, assim como a diminuição da força física, são fatores que devem ser considerados na concepção de espaços públicos e sistemas de transporte. A falta de consideração dessas necessidades pode resultar em projetos inadequados que não favorecem a mobilidade autônoma das pessoas idosas.

É válido mencionar que outro fator complicador é a inércia burocrática que, frequentemente, retarda ou impede a aplicação das normas legais. A falta de fiscalização rigorosa e a aplicação inadequada de sanções para o não cumprimento da legislação contribuem para a perpetuação de práticas que desrespeitam os direitos das pessoas idosas (Câmara dos Deputados, 2015). Além disso, a ausência de uma cultura de respeito e valorização da pessoa idosa na sociedade brasileira agrava esse cenário, resultando em pouca pressão social por mudanças efetivas (Farias; Gomes, 2016).

2.2 Tratativas para promoção da acessibilidade e saúde

Ao refletir sobre as possibilidades de promover a acessibilidade para a população idosa e, conseqüentemente, favorecer os quadros sanitários dos diferentes meios sociais da realidade brasileira, ressalta-se a importância de que seja refinado um planejamento urbano mais sensível às necessidades das pessoas idosas, que considere as alterações fisiológicas e cognitivas típicas do

envelhecimento, é fundamental para promover a acessibilidade (Voroniuk, 2019). Soluções como adequação das calçadas, implantação de escadas rolantes, elevadores e rampas de acesso e a melhoria da sinalização urbana são apontadas como medidas essenciais para garantir a mobilidade autônoma e segura das pessoas idosas. Além disso, é necessário fortalecer a fiscalização e a aplicação das normas de acessibilidade, com a imposição de sanções mais rigorosas para o descumprimento da legislação. A promoção de campanhas de conscientização pública sobre os direitos das pessoas idosas e a importância da acessibilidade também pode contribuir para a construção de uma cultura de respeito e valorização das pessoas idosas (Câmara dos Deputados, 2015).

A falta de acessibilidade tem impactos profundos na qualidade de vida das pessoas idosas. Nota-se que o isolamento social pode desencadear uma série de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade, além de agravar condições físicas preexistentes devido à falta de atividade física (Bezerra et al., 2021; Costa et al., 2017). Conforme destacado pela OMS (2019), a violência contra pessoas idosas, incluindo a negligência e o abandono, tende a ser exacerbada em contextos em que o isolamento é mais acentuado (OMS, 2021). A inadequação dos ambientes urbanos para pessoas idosas não só limita sua mobilidade, mas também aumenta o risco de acidentes e traumas, devido à incompatibilidade entre a infraestrutura existente e as capacidades físicas e cognitivas da população idosa. Além disso, a falta de acessibilidade pode levar à exclusão das pessoas idosas das atividades sociais e produtivas, contribuindo para o aumento da dependência e da vulnerabilidade (Fagundes; De Freitas, 2016).

A preservação da mobilidade meio ao envelhecimento favorece as oportunidades de trabalho, saúde, lazer e convivência, promovendo a saúde física e psíquica (Blanco *et al.*, 2014). O envelhecimento da população e o crescimento urbano sugerem melhores condições de vida, na prática, são encontrados desafios físicos e de assistência para esse público que esbarram em políticas públicas e serviços de saúde. Para oferecer qualidade de vida e autonomia aos idosos, as intervenções urbanas devem contar com mudanças que tornem o deslocamento da pessoa idosa seguro e viável, removendo barreiras e estabelecendo normas que garantam acessibilidade e padronização dos serviços ofertados, tanto em imóveis que respeitem o espaço das calçadas, em transportes, tecnologias dispostas e comunicação (Gomes, 2018).

Voltando-se para as disposições individuais para a mobilidade, reconhece-se que a prática regular de atividade física auxilia a preservação da capacidade física e funcional (Menezes et al., 2020). Além disso, o fortalecimento de redes de apoio também são fundamentais, pois podem ser meios de criação de ambientes de valorização do saber coletivo e o compartilhamento de decisões colaborativamente, logo, tendem a valorizar e encorajar as pessoas idosas a participarem ativamente de decisões relacionadas a sua vida ou de sua comunidade, suas contribuições para a sociedade e garantindo que eles tenham as ferramentas e o apoio necessários para viver de forma autônoma, independente e digna (Furtado *et al.*, 2021).

No que tange as limitações cognitivas acarretadas pelo declínio das funções de processamento cognitivo, como memória, raciocínio, e tomada de decisão, destaca-se que este é caracterizado como outro fator prejudicial para a independência funcional. As condições de saúde das pessoas idosas podem ser avaliadas por indicadores específicos, como déficits físicos, que englobam mobilidade reduzida e dificuldades motoras. Déficits cognitivos, que incluem perda de memória, dificuldade de concentração e problemas relacionados ao processamento de informações (Brucki, 2004).

Convergentemente ao declínio das diferentes funções, a autonomia também é afetada negativamente meio ao processo de envelhecimento e tende a ser relacionada aos efeitos negativos, como por exemplo, o isolamento. Estes prejuízos podem ser justificados pela oferta de apoio de forma deficitária ou por movimentos das próprias pessoas diante da falta de oportunidades, ou até mesmo a diminuição da capacidade de discernir acerca das variadas questões. Aponta-se que o declínio da percepção e da funcionalidade facilitam a vivência de estados afetivos negativos, permeando questões identitárias e de liberdade individual. Para tanto, enquanto reflexões acerca da realização da manutenção da autonomia, nota-se a necessidade de considerar aspectos subjacentes a este. Visto que

durante o envelhecimento, é comumente observado a diminuição do desempenho cognitivo, no qual se encontra diretamente interligada com a autonomia da pessoa idosa. Sendo assim, para promover a autonomia das pessoas idosas, cabe também intervir sobre outros fatores contextuais relevantes (Garcia et al., 2023). É importante ressaltar que a autonomia está entrelaçada a mobilidade, uma vez que o indivíduo com autonomia preservada pode mover-se quando e para onde desejar, sendo informado dos caminhos a sua disposição, contanto que sejam proporcionadas condições acessíveis para a mobilidade (Barreto, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para promover um envelhecimento saudável, é essencial investir na preservação tanto da autonomia quanto da independência. Um envelhecimento ativo e saudável é aquele no qual as pessoas idosas conseguem manter o máximo possível dessas capacidades, estando diretamente ligado à qualidade de vida. A capacidade funcional dos indivíduos é disposta por suas condições físicas, psicológicas e de suporte social, sendo um elemento de alta relevância para a manutenção e promoção de modelos de vida alinhados com a proposta de envelhecimento ativo. Complementarmente, aponta-se que a inacessibilidade aos serviços de saúde e lazer contribui para o aumento da dependência das pessoas idosas em relação a terceiros, podendo gerar um ciclo de vulnerabilidade e exposição a abusos.

Apesar da existência de uma estrutura normativa robusta, a realidade enfrentada por muitas pessoas idosas no Brasil continua longe do ideal. A implementação dessas políticas frequentemente esbarra em dificuldades administrativas, orçamentárias e até culturais. A legislação brasileira sobre mobilidade e acessibilidade para pessoas idosas é, sem dúvida, abrangente e bem-intencionada. No entanto, a sua efetividade continua a ser profundamente prejudicada por uma série de desafios estruturais, administrativos e culturais que persistem em várias esferas da sociedade. As barreiras físicas e arquitetônicas, a falta de integração entre as políticas públicas, e a inércia burocrática são exemplos de obstáculos que limitam o alcance das leis em vigor, comprometendo diretamente a qualidade de vida das pessoas idosas.

Além disso, a resistência cultural e a falta de conscientização sobre as necessidades específicas da população idosa perpetuam um ambiente social excludente. Este contexto não apenas impede que muitas pessoas idosas desfrutem de seus direitos plenos, como também agrava a sua vulnerabilidade, levando ao isolamento social, a problemas de saúde mental e ao aumento da dependência física. Diante desse cenário, é imperativo que as políticas públicas avancem além da legislação, incorporando soluções práticas e inovadoras que considerem as necessidades reais das pessoas idosas. Isso exige um esforço conjunto e coordenado entre governos, sociedade civil e setores privados, visando a criação de ambientes urbanos verdadeiramente inclusivos e acessíveis. Tais esforços devem ser embasados em dados atuais, pesquisas interdisciplinares e no constante diálogo com a população idosa, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas de forma eficaz.

Por fim, a promoção de um ambiente inclusivo não é apenas uma questão de justiça social, mas também de construção de uma sociedade que valoriza e respeita todas as fases da vida. O Brasil, ao se preparar para uma população cada vez mais envelhecida, deve reconhecer a importância de transformar seus espaços urbanos e sistemas de mobilidade, garantindo que todos os cidadãos, independentemente da idade, possam exercer plenamente seus direitos e viver com dignidade e autonomia.

REFERÊNCIAS

- ALFIERI, Fábio Marcon et al. Equilíbrio e mobilidade funcional em indivíduos independentes para o autocuidado de diferentes faixas etárias. **Revista Kairós-Gerontologia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 151-163, 2015.
- ALVES, Luciana Correia; LEITE, Iúri da Costa; MACHADO, Carla Jorge. Conceituando e mensurando a incapacidade funcional da população idosa: uma revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1199-1207, 2008.
- BARBOSA, Bruno Rossi et al. Avaliação da capacidade funcional dos idosos e fatores associados à incapacidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 3317-3325, 2014.
- BARRETO, Kátia Magdala Lima et al. **Envelhecimento, mobilidade urbana e saúde: um estudo da população idosa**. 2012. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães.
- BEZERRA, Patricia Araújo; NUNES, José Walter; MOURA, Leides Barroso de Azevedo. Aging and social isolation: an integrative review. **Acta Paulista De Enfermagem**, São Paulo, v. 34, p. eAPE02661, 2021.
- BIANCHI, Adriane Behring; OLIVEIRA, Juliana Maria; BERTOLINI, Sonia Maria Marques Gomes. Marcha no processo de envelhecimento: alterações, avaliação e treinamento. **Revista Uningá**, Maringá, v. 45, n. 1, 2015.
- BLANCO, Priscilla Hellen Martinez et al. Mobilidade urbana no contexto do idoso. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, Maringá, v. 19, n. 1, 2014.
- BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 01 set. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20a%2060%20\(sessenta\)%20anos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm#:~:text=LEI%20No%2010.741%2C%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20do%20Idoso%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs%20a%2060%20(sessenta)%20anos). Acesso em: 01 set. 2024.
- BRASIL. Lei n.º 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm. Acesso em: 01 set. 2024.
- BRUCKI, s. Memória no envelhecimento e comprometimento cognitivo leve. In: santos, f. H. D. Et al. (org.). **Neuropsicologia hoje**. São Paulo: artes médicas, 2004, p. 244-251.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O desafio da mobilidade urbana**. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Edições Câmara, 2015.
- CARVALHO, Eurico Thomaz de; PAPALÉO, Matheus. Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica. In: **Geriatria: fundamentos, clínica e terapêutica**. 2005. p. 788-788.

CARVALHO, Debora de Fatima Faria; FAGUNDES, Leila Cristina; MALUCELLI, Valderez Oliveira. MOBILIDADE URBANA PARA IDOSOS.

CARVALHO, Fernanda et al. ATIVIDADES INSTRUMENTAIS DE VIDA DIÁRIA E SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS COMUNITÁRIOS. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Rio Grande do Sul, v. 28, 2023.

COSTA, Carla Regina Soares; BASQUES, Igor Tachetti. O idoso-mobilidade e acessibilidade urbana. **Revista Longevidade**, São Paulo, n. 51, 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEL DUCA, Giovâni Firpo; SILVA, Marcelo Cozzensa da; HALLAL, Pedro Curi. Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 5, p. 796-805, 2009.

FARIAS, M. P.; GOMES, R. S. Cultura de respeito e valorização do idoso: Um desafio para a sociedade brasileira. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 895-905, 2016.

FERNANDES, Elizabeth Gomes de Sousa. Envelhecimento humano e educação na perspectiva de uma inclusão social. Orientadora: Dra. Neila Barbosa Osório. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Tocantins, 2021. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/3071>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FAGUNDES, Eduardo Miguel Felicio; DE FREITAS, Suellen Cristo. A PESSOA IDOSA: ENVELHECIMENTO ATIVO, MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE NO TRÂNSITO URBANO E O PAPEL DO POLICIAL MILITAR COMO AGENTE DE TRÂNSITO. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. e524876-e524876, 2024.

FREITAS, Maria Teresa. Digital literacy and teacher training. **Educação em Revista**, Minas Gerais, v. 26, p. 335-352, 2010.

GOMES, Christianne; PINHEIRO, Marcos; LACERDA, Leonardo. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

GOMES, Fernanda Araújo. A influência da mobilidade urbana na saúde do idoso ativo uma revisão integrativa. Universidade Federal Fluminense, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação**. IBGE, 2020.

KERBER, Vera Lúcia et al. Pedestre idoso e a percepção sobre o trânsito. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [s.l.], v. 15, n. 7, p. 6673-6693, 2023.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOLASINSKA, Agnieszka et al. Technology and aging: users' preferences in wearable sensor networks. In: **Proceedings of the 4th EAI International Conference on Smart Objects and Technologies for Social Good**. 2018. p. 77-81.

MENDES, Telma de Almeida; VALSECCHI, Vera Lucia de Almeida. Armadilhas do espaço urbano. **Einstein**, São Paulo, p. 99-104, 2007.

OGASSAVARA, Dante et al. A importância da educação na inclusão e letramento digital em pessoas idosas. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Mato Grosso do Sul, v. 10, n. 25, p. 351-361, 2023.

OGASSAVARA, Dante et al. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, Paraná, v. 21, n. 3, p. 8-21, 2023.

OLIVEIRA, Welioamar Antonio; MARTINS, Islane Cristina. Envelhecimento, saúde e direito à Cidade. A percepção de idosos quanto a acessibilidade e mobilidade no espaço urbano: uma revisão. **Revista Longevidade**, São Paulo, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD), 2006. Disponível em: <https://social.desa.un.org/issues/disability/crpd/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities-crpd>. Acesso em: 14 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em:

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório mundial sobre envelhecimento e saúde, 2019.

RODRIGUES, Juciano Martins. Acessibilidade, caminhabilidade e políticas para portadores de deficiência no Brasil. In V. Andrade & C. C. Linke (Orgs.), **Cidades de Pedestres: A caminhabilidade no Brasil e no mundo** (1ª ed.). Rio de Janeiro: Babilonia Cultura Editorial, 2017.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro dos; RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; DINIZ, Marina Aleixo. Trauma no idoso por acidente de trânsito: revisão integrativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 49, p. 162-172, 2015.

SANTOS, Jéssica de Castro. Vulnerabilidade de idosos à queda: Diagnóstico pessoal, grupal e ambiental na perspectiva do cuidado de enfermagem (peri)domiciliar. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/5914/1/jessicadecastrosantos.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SANTOS, Jéssica de Castro et al. Architectural accessibility and perception of falls of elderly people in the peridomicile: mixed method. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 44, p. e20220170, 2023.

SEIDLER, Rachael D. et al. Motor control and aging: links to age-related brain structural, functional, and biochemical effects. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, [s.l.], v. 34, n. 5, p. 721-733, 2010.

SILVA, Ketia Kellen Araújo da; BEHAR, Patricia Alejandra. Digital competences in education: a discussion of the concept. **Educação em Revista**, Minas Gerais, v. 35, p. e209940, 2019.

SILVA, Laize Gabriele de Castro et al. Avaliação da funcionalidade e mobilidade de idosos comunitários na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 22, p. e190086, 2020.

TORRES, Mabel Mascarenhas; DOS SANTOS SÁ, Maria Auxiliadora Ávila. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. **Revista Ciências Humanas**, 2008.

VORONIUK, Cláudia Regina; LORENCINI, Camila Nataly; DA LUZ, Mariana Arrias As particularidades da mobilidade urbana e o deslocamento da pessoa idosa no contexto urbano. **Revista de Estudos Jurídicos**, v. 1, n. 29, 2019.